


ENTREVISTA

Rubem Siqueira (CPT)

Informações da Entrevista

Recebido em 17/03/2018.

Aceito em 21/04/2018.

 10.25247/2447-861X.2018.n243.p189-193

Resumo

Nesta edição temos a honra de apresentar uma entrevista realizada com Rubem Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra – Regional Bahia e Coordenação Executiva Nacional. Nela encontramos dados que demonstram que estes tempos inóspitos têm significado para os povos do campo, das águas e das florestas, não só o aprofundamento da política contra a reforma agrária e os territórios dos povos originários e tradicionais, mas o recrudescimento da conflitividade e violência em níveis inéditos. No entanto, para o entrevistado, o recurso ao massacre, a “pedagogia do terror” se, por um lado, expressa a voracidade e a desfaçatez do capital pós-ruptura política, também aponta para a resistência dos povos e comunidades nos territórios, demonstrando o movimento de articulação para a construção de uma “teia dos povos”, que existem e não se entregam.

1. Como você, que através da CPT acompanha os movimentos sociais ligados à luta pela terra, aos indígenas e quilombolas, está vendo a atual conjuntura brasileira?

A conjuntura para eles, que já não lhes era favorável, ficou pior ainda após a ruptura política que começou após as eleições de 2014 e culminou no impedimento da presidente Dilma em agosto de 2016¹. As forças do capital financeiro-agrário impuseram uma agenda de governo contrária à da campanha vitoriosa nas urnas. Para consumá-la impuseram, com apoio dos demais poderes e da mídia empresarial, o vice Michel Temer e sua torrente de desregulamentações e reformas hiperliberais, cortes no orçamento e sucateamento de órgãos, em favor da máxima acumulação do capital e equivalente perda de direitos da população.

A revalorização da terra como ativo no mercado de capitais, lastro para a especulação após a crise financeira de 2007/2008, tem multiplicado as ações de grilagem de terras públicas e o assédio sobre os territórios de povos originários e comunidades tradicionais e áreas de acampados e assentados da reforma agrária, sobretudo aqueles ricos em minérios, água, madeira, biodiversidade, locais propícios à produção de energia eólica e solar, além de terras agricultáveis.

¹ Esta é a compreensão expressa pelo assessor da CPT, Carlos Walter Porto-Gonçalves, no lançamento do relatório “Conflitos no Campo – Brasil 2017” em Brasília, no dia 04/06/18 e que consta na publicação impressa, em breve disponível também no site: www.cptnacional.org.br.

Para os povos do campo, das águas e das florestas isso tem significado não só a aprofundamento da política contra a reforma agrária e os territórios dos povos originários e tradicionais. Tem acarretado conflitos e violência ainda maiores, em níveis inéditos.

São reveladores os dados de conflitos lançados pela CPT em 04/06/18 relativos a 2017. Diminuíram as ocupações e retomadas de territórios, entre 2016 e 2017, mas as ocorrências em conflitos por terra (despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem), desses dois últimos anos, são as mais elevadas desde 1985, quando a CPT começou a documentá-los. Foram 1.079 ocorrências em 2017 e 989 em 2016. Incluídas as 771 ocorrências de 2015, a média anual no período da ruptura política (2015-2017) chega a 946 ocorrências, 36,1% maior que a média dos 10 anos anteriores (2005-2014). E o número de hectares de terra envolvidos nestes conflitos em 2017 foi de mais de 37 milhões, um crescendo absurdo desde 2013, quando foram 6,2 milhões.

Aumentaram também quase todos os outros índices: assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, torturas e prisões. O número de 71 assassinatos em 2017 é o maior desde 2003, num crescendo desde 2013, quando foram 34. O aspecto mais tenebroso em 2017 foi a volta dos massacres (três ou mais mortos na mesma ocasião): foram cinco com 31 vítimas, 43,6%. O recurso ao massacre – “pedagogia do terror” – expressa não só a voracidade e a desfaçatez do capital pós-ruptura política, mas também que a resistência dos povos e comunidades nos territórios existe e não se entrega.

2. Quanto à violência no campo, quem são atualmente os agentes principais, os privados ou os do Estado?

Esta violência crescente tem seus agentes imediatos em pistoleiros, milícias armadas e nas Polícias Militar e Civil. Empresas de segurança armada têm aumentado sua presença nas ações violentas. Grupos ruralistas e de extrema-direita também, convocados pelas redes virtuais. O assalto ao poder do Estado para toda sorte de desmandos borra também os autores da violência na ponta, nos conflitos concretos. Dois policiais civis delataram os 11 policiais militares no caso do massacre de Pau d’Arco – PA, que os constrangeram a participar da matança e da versão e simulação de confronto armado com os 10 posseiros / sem-terra mortos numa terra oferecida ao INCRA para desapropriação.

Não raro estes criminosos agem consorciados, com apoio de setores do Ministério Público e do Judiciário. Susceptível às pressões o sistema de Justiça falha desde os inquéritos intencionalmente malfeitos até revogações superiores baseadas em técnicas convenientes.

3. *E em relação à impunidade desses agentes, qual é o contexto atual? A liberdade conseguida no STF para um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy é a regra ou exceção no Judiciário brasileiro?*

Como o Judiciário, poder moderador, deixa de sê-lo, e se soma à ruptura política através da parcialidade dos processos judiciais e julgamentos, acontecem situações esdrúxulas. Como esta do *habeas corpus* concedido pelo Min. do STF Marco Aurélio a Reginaldo Galvão, o “Taradão”, mandante do assassinato de Ir. Dorothy Stang, da CPT, condenado pelo Tribunal do Juri a 30 anos pelo crime, pena reduzida pelo STJ para 25 anos, quando é negado, na Comarca de Anapu e no Tribunal Regional do Pará, ao Pe. Amaro Lopes, colega e sucessor de Ir. Dorothy, preso sob acusações falaciosas na mesma cadeia onde estava “Taradão”.

Retrato do Brasil atual, em que a institucionalidade formal do Estado é descaradamente usada conforme interessa às minorias poderosas. Como esperar daí a efetiva justiça?

O motor do aumento da violência nas formas e motivações é a impunidade, cujos índices também só crescem. Com os dados de 2017 foram a 1905 os assassinatos de camponeses e apoiadores seus em 1439 casos de conflitos desde 1985. Desses, apenas 114 casos foram a julgamento, com 32 mandantes condenados e 13 absolvidos, 95 executores condenados e 204 absolvidos.

Com toda esta atuação marcada pela parcialidade, conforme jogos de interesses políticos ou fundiários, de exceção é o próprio Estado brasileiro!

4. *Em que situação se encontram as tentativas de criminalização das lideranças populares?*

Além da prática policial e judiciária concretas de criminalização com vários e multiplicados casos, além do mais rumoroso, o do Pe. Amaro, tramitam no Congresso reacionário, em estágios diversos, vários projetos de lei com o mesmo objetivo²: o PL 7485/06, que qualifica amplamente como atos terroristas as ações sociais concretas de luta pela terra (e moradia) no campo e na cidade; na mesma direção, o PL 6489/09, que visa a criminalizar para coibir os envolvidos em processos de desapropriação, tornando lei a Medida Provisória 2183/00, a “MP anti-invasão”; o PL 6532/16, transforma em crime o bloqueio de ruas e rodovias para protesto ou manifestação.

Além desses, são criminalizadores os PLs 3722/12 e 6717/16, que permitem e disciplinam o uso de armas de fogo em defesa da propriedade rural.

No conjunto, são expressões do controle crescentemente ilegítimo dos aparelhos do Estado pelo forte esquema de poder dos setores minoritários vinculados ao capital financeiro-agrário-

² A referida publicação da CPT traz artigo liderado por Marco Antonio Mitidiero Jr com levantamento e análise crítica destes e outros projetos legislativos no Congresso Nacional impactantes nas populações rurais.

minerário global, que não admite nenhum obstáculo de origem popular. Além disso, criminalizando os opositores populares, escondem e protegem seus próprios e imensos crimes.

5. Frente às dificuldades da conjuntura atual, o que você destacaria como sinais de esperança no que tange às novas formas de luta ou de movimentos sociais?

O crescimento da conflitividade e da violência no campo revela também que o capital dominante, ligado às *commodities*, o financeiro-agrário-minerário, encontra maior resistência por parte das comunidades e povos. E neste confronto surgem sinais de esperança.

A própria resistência popular acirrada é desses sinais, ao contrário do reclame das ruas vazias de manifestantes. Além da ação dos caminhoneiros, vários processos grevistas em curso, numa quase greve geral não declarada, contra as várias perdas de direitos sociais e trabalhistas. Nos grandes centros urbanos, vários movimentos de sem-teto enfrentam a especulação imobiliária apoiada pelo Estado, crescendo na quantidade de membros e prédios ocupados na luta pela moradia digna.

Rebeliões populares começam a avolumar-se. Em Correntina, oeste baiano, a revolta dos ribeirinhos do rio Arrojado: cerca de mil pessoas destruíram as instalações da empresa de irrigação Igarashi que sugava águas que faltavam às suas roças alimentares à jusante. Dias depois, 12 mil pessoas foram às ruas da cidade de pouco mais de 11 mil habitantes em apoio à ação. Sinal de que a paciência popular chega ao limite. Ali várias tentativas de acionar o Estado em defesa de sua causa mais que justa foram infrutíferas, mesmo que à frente do governo baiano esteja a coalizão liderada pelo PT, já há três mandatos, indo para o quarto...

Os povos originários e as comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas têm afirmando, sintomaticamente, lembrando a líder camponesa assassinada Margarida Alves, que morrem de bala, se preciso for, mas não de fome, nem de sede. Lançam mão de seus modos de vida como força de resistência e exigem o respeito a eles, na partilha do uso da terra, na colaboração no trabalho produtivo e nas lutas, como nas festas e cultos de fundo religioso. A partir daí estão buscando se reorganizar, se rearticular em redes, em "teias dos povos", como na Bahia, no Maranhão, no Tocantins, e fortalecer suas estruturas internas.

O povo Munduruku, na região do Tapajós, Pará, ameaçado por hidrelétricas, criou seu próprio Protocolo, com base na autodemarcação de sua terra ancestral e estabelecendo seu próprio modo de relação com a sociedade, o Estado e as empresas, impedindo a concretização das ameaças. O povo Tupinambá, no sul da Bahia, enfrenta há anos os empresários e o Estado na defesa de sua terra e de sua autonomia na terra retomada. Centenas de famílias resistem em ocupações, acampamentos e assentamentos, contra o abandono do Estado e sua política de emancipação em favor do mercado de terras estimulado.

Iniciativas de educação do campo e também de comunicação se reinventam e se multiplicam, na procura de manter os jovens no campo e perpetuar a autonomia camponesa e sua fundamental contribuição à sociedade, na produção de alimentos saudáveis e na proteção dos solos, das águas, das matas e do clima.

Neste sentido, o recém-realizado IV ENA, em Belo Horizonte, de 31/05 a 03/06/18 (informações aqui: <http://www.agroecologia.org.br/>), revelou a exuberância e o potencial do movimento agroecológico, que cresce no meio rural e avança no urbano. Com o tema “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade”, cerca de dois mil participantes de todo o país e do exterior se reuniram no Parque Municipal no centro da metrópole, num encontro aberto, colaborativo, participativo e criativo de afirmação econômica, cultural e política da agroecologia como caminho de outra produção alimentar, outra vida, outra sociedade e outro Estado, baseados em relações horizontais e de mútuo equilíbrio com a natureza e entre si – o Bem Viver como projeto civilizatório.

6. Houve apoio dos movimentos sociais do campo à greve dos caminhoneiros?

O movimento dos caminhoneiros contra os preços do combustível e por outras demandas da categoria revelou-se surpreendente em vários aspectos. Greve e/ou locaute, gerou leituras contraditórias à direita e à esquerda, acuou e deslegitimou ainda mais o governo ilegítimo, teve a simpatia de outras categorias de trabalhadores e da população em geral, fez despencar as ações da Petrobrás e colaborou para derrubar o seu presidente. Com isto alterou significativamente a conjuntura nacional, com desdobramentos ainda em aberto...

Reflexo da conturbação desta conjuntura, foi apoiado, inclusive com alimentos, tanto por empresários do agronegócio, como por assentados e acampados do MST. Movimentos sociais do campo mais formalmente politizados – em que pese à esquerda as dificuldades de compreensão a respeito dos sentidos do movimento – foram aos poucos vendo como justa a reivindicação pelo preço baixo dos combustíveis e oportuna e até providencial a ação contra o governo e a gestão da Petrobrás, tida como empresa estratégica para a soberania econômica, social e política do país.